

# CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA - SUPLEMENTO 1  
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY - SUPPLEMENT

## SOTERIOLOGIAS IDENTIDADES E SALVAÇÃO

ORGANIZADORES:

CARLOS ALMEIDA, FILIPA ROLDÃO, CATARINA ALMEIDA



CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



**CADMO**

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA  
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY





**CADMO**

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA

JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

**SUPLEMENTO | SUPPLEMENT**

**1**

*Soteriologias. Identidades e Salvação*

**Organizadores**

Carlos Almeida

Filipa Roldão

Catarina Almeida

**CH**  
CENTRO DE HISTÓRIA

Centro de História da Universidade de Lisboa

2021



**CADMO**  
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA  
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

SUPLEMENTO 1 | SUPPLEMENT 1

**Editor Principal | Editor-in-chief**

Nuno Simões Rodrigues

**Editores Adjuntos | Co-editors**

Agnês Garcia-Ventura (Universitat Autònoma de Barcelona), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), Breno Batistin Sebastiani (Universidade de São Paulo), Rogério Sousa (Universidade de Lisboa)

**Título | Title**

*Soteriologias. Identidades e Salvação*

**Organizadores do Suplemento | Supplement Organisers**

Carlos Almeida, Filipa Roldão, Catarina Almeida

**Revisão Editorial | Copy-Editing**

André Morgado

**Comissão Científica da Revista | Editorial and Scientific Board**

Antonio Loprieno (Universität Basel), Delfim Leão (Universidade de Coimbra), Eva Cantarella (Università degli Studi di Milano), Giulia Sissa, (University of California, Los Angeles), John J. Collins (Yale University), Johan Konings (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte), José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa), José Manuel Roldán Hervás (Universidad Complutense de Madrid), José Ribeiro Ferreira (Universidade de Coimbra), Juan Pablo Vita (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Madrid), Judith P. Hallett (University of Maryland), Julio Trebolle (Universidad Complutense de Madrid), Ken Dowden (University of Birmingham), Lloyd Llewellyn-Jones (Cardiff University), Luís Manuel de Araújo (Universidade de Lisboa), Maria Cristina de Sousa Pimentel (Universidade de Lisboa), Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra), Marta González González (Universidad de Málaga), Monica Silveira Cyrino (University of New Mexico)

**Conselho de Arbitragem para o Presente volume | Peer Reviewers for this Supplement**

Arlindo Manuel Caldeira (Universidade Nova de Lisboa); Clelia Martínez Maza (Universidad de Málaga); Francesc Casadesús i Bordoy (Universitat de les Illes Balears); François Soyer (University of Southampton); Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa); Isabel Drummond Braga (Universidade de Lisboa); José Alberto R. Silva Tavim (Universidade de Lisboa); José Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa); Margarida Garcez Ventura (Universidade de Lisboa); † Maria Filomena Lopes de Barros (Universidade de Évora); Maribel Fierro (Consejo Superior de Investigaciones Científicas); Massimiliano David (Università di Bologna); Paula Barata Dias (Universidade de Coimbra); Roberto Guedes Ferreira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Santiago Macías (Campo Arqueológico de Mértola); Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa)

**Editora | Publisher**

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2021

**Concepção Gráfica | Graphic Design**

Bruno Fernandes

ISSN: 0871-9527

eISSN: 2183-7937

ISBN: 978-989-8068-30-9

Depósito legal (*Cadmo*): 54539/92

Depósito legal: 485942/21

Tragem: 150 exemplares

P.V.P.: 15.00 €

**Cadmo - Revista de História Antiga | Journal for Ancient History**

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon  
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL  
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extensão: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63  
cadmo.journal@letras.ulisboa.pt | www.centrodehistoria-flul.com/cadmo



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020. This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P. in the scope of the projects UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.





# SUMÁRIO

## TABLE OF CONTENTS

- 11 APRESENTAÇÃO  
Carlos Almeida, Filipa Roldão e Catarina Almeida
- 21 RELIGIÕES DE SALVAÇÃO:  
A construção de um macroconceito  
*RELIGIONS OF SALVATION:  
The making of a macro-concept*  
Alfredo Teixeira
- 49 SALVAÇÃO, IDENTIDADE E SENTIDO NO HORIZONTE HISTÓRICO  
DO JUDEO-CRISTIANISMO  
*SALVATION, IDENTITY AND SENSE ON THE HISTORICAL HORIZON  
OF JUDEO-CHRISTIANITY*  
José Augusto Ramos
- 77 OS QUALIFICATIVOS SOTER, SOTEIRA E SOTERES  
NO ÂMBITO DA DINASTIA LÁGIDA:  
Índices de construção de uma (nova) identidade política  
*THE EPITHETS AND SURNAME SOTER, SOTEIRA AND SOTERES  
IN THE SCOPE OF THE LAGID DYNASTY:  
Indexes of construction of a (new) political identity*  
José das Candeias Sales
- 103 SOTER:  
Epíteto divino e real  
*SOTER:  
Divine and royal epithet*  
Sofia Vasconcelos Nunes
- 129 WAITING FOR THE SALVATION:  
A perspective on Mithras soteriology  
*ASPETTANDO LA SALVEZZA:  
Una prospettiva sulla soteriologia nel Mitraismo*  
Marco Alampi

- 145 DE CÓRDOVA A MECA:  
A peregrinação dos letrados no al-Andalus do século XI  
*FROM CORDOBA TO MECCA:  
The 11<sup>th</sup> century Andalusí scholars' pilgrimage*  
Ana Miranda
- 171 PEREGRINO EM MECA OU GUERREIRO NO AL-ANDALUS?  
Estratégias para reforçar os exércitos almorávidas  
na luta contra os cristãos (século XII)  
*PILGRIM IN MECCA OR WARRIOR IN AL-ANDALUS?  
Strategies to reinforce the Almoravid armies  
in the war against the Christians (twelfth century)*  
Inês Lourinho
- 193 OS JUDEUS EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIV E XV:  
Indícios de uma cultura reactiva  
*THE JEWS IN PORTUGAL IN THE FOURTEENTH AND FIFTEENTH CENTURIES:  
Evidence of a reactive culture*  
José Alberto R. Silva Tavim
- 221 SALVAÇÃO, PROBLEMAS DE CONSCIÊNCIA E CATARSE  
NA DRAMATURGIA PORTUGUESA QUINHENTISTA  
*SALVATION AND PROBLEMS OF CONSCIENCE AND CATHARSIS  
IN 16<sup>TH</sup> CENTURY PLAYWRITING*  
Maria Leonor García da Cruz
- 247 O COMÉRCIO DOS CORPOS E A PERDIÇÃO DAS ALMAS:  
O baptismo dos escravos do arquipélago de Cabo Verde  
(1460 - século XVIII)  
*THE BODIES TRADE AND THE SOUL'S DAMNATION:  
Slaves' baptism in the Cape Verde archipelago (1460 - 18<sup>th</sup> century)*  
Maria João Soares

- 277    TRANSACTIONS WITH THE SACRED:  
The political fashioning of religious experience in the Portuguese  
Jewish community of Hamburg  
*TRANSACÇÕES COM O SAGRADO:*  
*A construção política da experiência religiosa na comunidade*  
*judaico-portuguesa de Hamburgo*  
Hugo Martins
- 297    A COMÉDIA DA SALVAÇÃO NO PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO:  
Uma proposta de abordagem  
*THE COMEDY OF SALVATION IN MODERN POLITICAL THOUGHT:*  
*A suggested approach*  
Fernando da Cruz Gabriel



# **O COMÉRCIO DOS CORPOS E A PERDIÇÃO DAS ALMAS:**

O baptismo dos escravos no arquipélago  
de Cabo Verde (1460 – século XVIII)<sup>1</sup>

***THE BODIES TRADE AND THE SOUL'S DAMNATION:  
Slaves' baptism in the Cape Verde archipelago  
(1460 – 18<sup>th</sup> century)***

Maria João Soares

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

mariajoasoares@yahoo.co.uk |  <https://orcid.org/0000-0002-6921-5451>

## **Resumo**

Este estudo tem por objectivo analisar a questão do baptismo dos escravos nas ilhas de Cabo Verde desde 1460 até ao século XVIII, nos momentos em que esta temática conheceu maior destaque, designadamente no início da monarquia filipina, no período da missão dos jesuítas (1604-1642) e no episcopado de D. Fr. Vitoriano Portuense nos finais da centúria de Setecentos.

---

1 Agradeço aos avaliadores as sugestões ao texto inicial no que se refere a questões formais, conceptuais e bibliográficas. O meu agradecimento estende-se a André Morgado, que editou o texto de acordo com as normas de publicação deste volume.

### Palavras-chave

Arquipélago de Cabo Verde, tráfico negreiro, baptismo, catequese, jesuítas, bispo D. Fr. Vitoriano Portuense.

### Summary

This study purposes to debate the issue of the slave's baptism in the Cabo Verde islands at the time when this theme was more prominent, as in the beginning of the Philippine monarchy, in the Jesuit's mission in the early seventeenth century and in the episcopate of D. Fr. Vitoriano Portuense in the late years of the XVII century.

### Keywords:

Cape Verde archipelago, slave trade; baptism, catechesis, Jesuits, bishop D. Fr. Vitoriano Portuense.

A história da implantação do cristianismo no arquipélago de Cabo Verde conta apenas com algumas décadas e com um número limitado de estudos.<sup>2</sup> Tal facto explica que, por vezes, se tenham de visitar alguns aspectos basilares da presença eclesial nos trópicos, como o da administração dos sacramentos aos escravos africanos.

Para melhor enquadrar a questão, é necessário visitar a condição das fontes documentais eclesiais relativas às ilhas de Cabo Verde. A documentação referente ao tomo eclesiástico não sobreviveu, tal como não perduraram outros importantes fundos arquivísticos, como róis de confessados, habitações sacerdotais ou registos paroquiais, estes últimos só remanescentes para algumas paróquias no século XIX. Também não se conservaram *corpus* documentais relativos à misericórdia e a outras confrarias.<sup>3</sup> Por outro lado, a correspondência trocada entre as autoridades metropolitanas e os agentes régios e eclesiásticos locais revestiu um cariz eminentemente político-administrativo e um enfoque urbano, tendo incidido, sobretudo, em assuntos de

---

2 Rema 1982; Cerrone 1983; Vaschetto 1987; M. E. M. Santos et M. J. Soares 1995; N. S. Gonçalves 1996; M. J. Soares 2002; Horta 2014.

3 F. F. Silva 1899, 19.

natureza comercial, fiscal, militar e burocrática. A questão das religiosidades locais foi muitas vezes silenciada por bispos, missionários e oficiais régios, alguns dos quais se autocensuraram, como foi o caso do militar Manuel Roiz Lucas de Senna, que em 1818 afirmou: “Enfim, eu muito mais tinha que dizer a respeito da [ir]religião; porém deixo ficar no tinteiro aquilo que pode escandalizar a muitos.”<sup>4</sup>

O baptismo dos escravos assumiu grande importância para a monarquia portuguesa em virtude da sua índole confessional e do estatuto central da religião na época moderna. A chegada massiva de escravos africanos da “Guiné” a Lisboa, a partir de meados do século XV, e a permanência desses cativos na sua condição religiosa original provocaram polémica e suscitaram resposta dos soberanos.<sup>5</sup> Era obrigação e encargo dos reis portugueses garantir a catequização e baptismo dos escravos africanos, como forma de assegurar a salvação da sua da alma.<sup>6</sup>

A tradição jurídica nesta matéria remete para o Código das Siete Partidas, de Alfonso X. Na partida IV, foi definido o estatuto jurídico dos escravos, os direitos e deveres entre senhores e escravos, além de determinações do âmbito dos sacramentos, como por exemplo o baptismo e o casamento.<sup>7</sup>

Na sequência deste legado jurídico, foi estipulado, nas Ordenações Manuêlinas, que os senhores deviam providenciar que os seus escravos fossem baptizados no prazo de seis meses. Em caso contrário, incorriam na sua perda. O escravo tinha de consentir na recepção do sacramento. Os escravos até dez anos deviam ser baptizados no período de um mês depois de os senhores os terem adquirido. Quantas às crianças cativas, deviam receber o sacramento na mesma forma que as crianças cristãs.<sup>8</sup> A codificação filipina reproduziu estas determinações sem alterações.<sup>9</sup>

Dado que até meados do século XVI não existiram representantes permanentes da Igreja Católica na Costa da Guiné, o baptismo dos escravos afri-

---

4 Senna (1818) 1987. Sobre esta temática, vide D. Santos 2012.

5 Mendes 2008; Marcocci 2012, 59.

6 Marcussi 2013, 65.

7 Alfonso X 1252-1284. Partida 1, tít. 4, ley 14; Partida 4, tít. 5; tít. 21.

8 *Ordenações Manuêlinas* (1797) 1987. Liv. 5, tít. 99.

9 *Ordenações Filipinas* (1603) 1999. Liv. 5, tít. 99. Sobre esta questão ver Paes 2013.

canos competia aos eclesiásticos estabelecidos nas ilhas de Santiago e do Fogo, a bordo das embarcações ou, à chegada a Lisboa. Neste último caso, foi encarregado desta tarefa o vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.<sup>10</sup>

Para contextualizar esta problemática é necessário relembrar as principais linhas condutoras da história das ilhas de Cabo Verde.<sup>11</sup> O povoamento do arquipélago no primeiro século da sua história centrou-se nas ilhas de Santiago e do Fogo.<sup>12</sup> A ilha de Santiago, devido, entre outros factores, à sua posição geoestratégica nas rotas transatlânticas, transformou-se rapidamente em entreposto e plataforma do tráfico negreiro. Por outro lado, os povoadores tiveram de importar escravos para fixar naquelas ilhas e aí desenvolver actividades agrícolas, pecuárias e manufactureiras, uma vez que a legislação de 1472 tornara obrigatório que o trato nos Rios de Guiné fosse feito com produtos da terra.<sup>13</sup>

A ocupação das ilhas processou-se com um número reduzido de povoadores europeus e um grande volume de população escrava. Em 1582, de acordo com os dados do sargento-mor Francisco de Andrade, os escravos representavam mais de 80 % das ilhas povoadas, Santiago e do Fogo.<sup>14</sup>

A questão da doutrinação dos escravos do arquipélago de Cabo Verde, tanto dos cativos em trânsito, como dos escravos crioulos nascidos na terra, no que diz respeito à sua instrução catequética e posterior admissão ao baptismo, não mereceu um tratamento aprofundado nas fontes insulares, civis e eclesiásticas de finais de Quatrocentos e primeiras décadas de Quinhentos, como sucederá mais tarde para a Guiné, Angola e Brasil.<sup>15</sup>

---

10 D. Manuel I concedeu um cruzado de ouro ao vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa, para baptizar os escravos negros vindos da Guiné; vide Brásio 1958-2004, 3:129-131 (D. Manuel I, “Alvará de D. Manuel I concedendo um cruzado de ouro ao vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, incluso na confirmação régia de 26 de Maio de 1559”, de 1516. Liv. 48, fl. 49, Chancelaria de D. João III, Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Este documento emana do espírito da bula *Preclara Tui*, de Leão X, que determina que os indianos e os africanos sejam baptizados nos navios, no porto de Lisboa ou em casas particulares; vide Brásio 1958-2004, 3:115-117 (Papa Leão X, “Bula do papa Leão X determinando que os indianos e africanos sejam baptizados nos navios, no porto de Lisboa ou em casas particulares. Deve ser pago um ducado de ouro ao vigário da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa”, de 1516, fols. 21-17, Bulas, Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

11 M. E. M. Santos et al. 2001.

12 Pereira 2005a.

13 Torrão 1991.

14 Baleno 1991; Teixeira 2005.

15 Engemann 2014; Marcussi 2013; M. C. Soares 2011; Oliveira 2008; 2009; 2016.

Nas décadas finais do século XV, surgem as primeiras referências ao estabelecimento de eclesiásticos na vila da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, capital e cidade-porto mais importante do arquipélago.

Mais tarde, em 1513, quando o ciclo negreiro da ilha de Santiago se encontrava em fase de grande dinamismo, o corregedor Pêro de Guimarães indicou que existiam 12 membros do clero naquele aglomerado urbano, num total de 156 pessoas, embora não tivesse contabilizado os escravos.<sup>16</sup> Os representantes da Igreja constituíam assim uma fatia muito significativa da população daquela vila. Numa época em que o movimento de entrada e saída dos navios vindos dos Rios de Guiné no principal porto do arquipélago era muito intenso e que a duração da escala era breve, devido, entre outros factores, aos elevados níveis de mortalidade a bordo, a acção catequética dos escravos devia ser muito limitada.

A criação da diocese de Cabo Verde, em 1533, e a instalação da sé catedral, na cidade da Ribeira Grande, do corpo capitular e demais ofícios eclesiásticos decorrentes daquela condição poderão ter alterado um pouco a situação atrás descrita. Embora os membros do cabido não tivessem por missão principal as tarefas espirituais de cura de almas, é provável que alguns escravos da urbe, sobretudo os domésticos, tenham sido alvo do ensino da catequese por parte dos capitulares, tendo um maior esclarecimento em matérias de fé.<sup>17</sup>

Na década de 1570, decorrido já mais de um século sobre o início do povoamento das ilhas de Santiago e do Fogo, uma série de documentos de João III, na sua qualidade de patrono da diocese de Cabo Verde, como grão-mestre e governador da Ordem de Cristo, refere-se implicitamente a esta matéria. Foi estipulado, em 11 alvarás dirigidos aos vigários das freguesias das ilhas de Santiago e do Fogo, que esses curas só teriam os seus salários (ordinárias) acrescidos se ensinassem doutrina ao povo nos tempos e pelo modo que o bispo mandasse.<sup>18</sup> Não temos mais elementos documentais sobre

---

16 Albuquerque et M. E. M. Santos 1988, 1:219-223 (Pero de Guimarães, “Carta do corregedor de Cabo Verde ao rei, dando conta do estado da ilha de Santiago”, de 1513. Parte 1, maço 12, n.º 120, Corpo Cronológico, Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

17 M. E. M. Santos et M. J. Soares 1995, 371-374.

18 M. E. M. Santos et M. J. Soares 1995, 416-417.

esta eventual actividade catequética. Os cativos encontravam-se dispersos pelas fazendas dos escravocratas, ocupados nas actividades agrícolas, na pecuária, além de outras tarefas, como construção de vedações, transporte de água, lenha, etc. Mesmo que os entraves linguísticos entre clero e escravos pudessem ter sido mitigados com a progressiva, embora muito demorada, aprendizagem do português, o ritmo do trabalho nos campos e a necessária dispensa laboral que os senhores precisavam de conceder aos escravos para aprender catequese não terão criado condições muito favoráveis a essa aprendizagem. Os escravos tinham um contacto distanciado com a religião dos povoadores quando escoltavam os seus senhores às igrejas matrizes nos dias santos e de guarda, permanecendo, no entanto, aqueles no adro adjacente aos pequenos templos locais ou na retaguarda dos cortejos festivos.

Quanto às outras ilhas do arquipélago, sobretudo as do Barlavento, onde a presença humana era essencialmente sazonal para as chamadas “chacinas” do gado e tratamento dos produtos derivados, o povoamento permaneceu muito reduzido até às primeiras décadas do século XVII. Nestas ilhas, a presença da Igreja limitava-se ao envio de sacerdotes para a desobriga pascal. Nestes casos, o ensino da doutrina seria ainda mais reduzido e, provavelmente, verificar-se-ia apenas uma administração do baptismo através de fórmulas rituais, sem a devida interiorização do significado do sacramento pelo neófito.<sup>19</sup>

Em 1582, o já referido Francisco de Andrade, sargento-mor da ilha de Santiago, apresentou a Filipe II uma relação das ilhas de Cabo Verde e Rios de Guiné. Os dados demográficos indicados para a ilha de Santiago assinalam que na cidade da Ribeira Grande existiam 5700 escravos de confissão, enquanto a vila da Praia contabilizava 3000 escravos, 800 de confissão e 200 que se ensinavam para a admissão a este sacramento. Nas freguesias rurais, residiam 5000 escravos, 3000 de confissão e 2000 de ensino.<sup>20</sup> Esta informação mostra que existia um maior acesso aos sacramentos na capital do arquipélago, embora

---

19 M. E. M. Santos et M. J. Soares 1995, 433.

20 Brásio 1958-2004, 3:97-107 (Francisco de Andrade, “Relação das ilhas de Cabo Verde e Costa da Guiné do sargento-mor da ilha de Santiago ao rei sobre as ilhas de Cabo Verde e Guiné de 26 de Janeiro”, de 1582. Maço 109, Guerra Antigua, Archivo General de Simancas). Sobre a evolução demográfica de Cabo Verde, vide Teixeira 2005.

as percentagens no meio rural fossem também elevadas. Apesar de existir uma elevada concentração do clero insular na principal ilha de Cabo Verde, sobretudo na cidade da Ribeira Grande, não se afigura verosímil que um cura por cada freguesia pudesse ministrar um ensino catequético adequado a tão elevado número de escravos dispersos pelas fazendas. Está também implícito neste documento que os escravocratas cumpriam os seus deveres legais, morais e piedosos relativamente aos seus escravos, garantindo-lhes o acesso à aprendizagem da doutrina.

No entanto, este documento tem de ser contextualizado, uma vez que se tratou de uma informação solicitada por Filipe II dois anos depois do início do período da monarquia dual. Francisco de Andrade veiculou os interesses dos armadores de Santiago que queriam chamar a atenção do novo monarca para a necessidade de se reforçar a defesa do arquipélago e da costa africana fronteira, investindo em infra-estruturas militares e meios navais. Nesse sentido, apresentou um retrato idealizado da sociedade santiaguense, em que os negociantes e escravocratas, bem como a igreja local, cumpriam as suas obrigações espirituais relativamente aos escravos em matéria do ensino da catequese e da administração de sacramentos.

A partir de meados do século XVI, o contexto económico do arquipélago de Cabo Verde conheceu alterações significativas. Desde 1530, corsários e piratas franceses, seguidos mais tarde por ingleses e holandeses, começaram a atacar as rotas negreiras que até aí eram exclusivas dos negociantes da ilha de Santiago. Aqueles concorrentes comerciais europeus acederam directamente aos mercados guineenses, dispensando a intermediação dos armadores locais. Por outro lado, as alterações nas disposições do contrato de fornecimento de escravos e a introdução do regime dos *asientos*, em 1595, permitiram a participação de outros agentes, que suplantaram os comerciantes santiaguenses, dado que, entre outros factores, dispunham de capitais mais avultados e podiam negociar com um leque mais amplo de mercadorias.<sup>21</sup>

Estas alterações repercutiram-se nos Rios de Guiné, onde o poder metropolitano procurou estender a sua influência através de uma cobertura

---

21 A. C. Silva 1995, 7-15; Torrão 1995; Baleno 1995, 127-130; Vila-Vilar 1977.

institucional de Cacheu, o principal porto negroiro da região nos inícios do século XVII.<sup>22</sup> Este projecto contemplou também o envio de uma missão exploratória de quatro padres jesuítas em 1604, que visava, entre outros objectivos, a conversão dos chefes locais, suas famílias e elite, além de assistência espiritual aos núcleos luso-africanos estabelecidos naquela região.<sup>23</sup>

Os padres inacianos que permaneceram e assistiram nas ilhas de Santiago e do Fogo contradisseram a informação do sargento-mor Francisco de Andrade e mostraram-se críticos quanto à condição espiritual dos escravos. À medida que desenvolveram o seu labor espiritual pelos meios urbanos e rurais insulares, cedo se aperceberam de que a cristianização dos cativos era aparente, de que o seu ensino catequético era deficiente e de que muitos escravos crioulos nem sequer eram baptizados.<sup>24</sup>

O padre Manuel de Barros, que viria a falecer apenas um ano depois de chegar, devido ao seu “fervor missionário” pelas ilhas de Santiago e do Fogo “adentro”, denunciou práticas muito pouco abonatórias da presença eclesial e da responsabilidade espiritual dos escravocratas face aos seus escravos. Testemunhou que existiam *jabacones*,<sup>25</sup> de que os naturais das ilhas e brancos do reino se socorriam, escandalizando-se com o recurso destes últimos àqueles oficiantes africanos nos momentos de doença. Por outro lado, revelou que os negros viviam como “selvagens pelas serras”, tendo apenas de cristão o nome. Perante este panorama, o inaciano decidiu tomar a seu cargo o catecismo de adultos, procurando que todos os recém-chegados dos Rios de Guiné às ilhas fossem devidamente preparados para receber o baptismo. Tentou negociar com os terratenentes santiaguenses a dispensa dos escravos ao domingo, para se dedicarem ao ensino da doutrina, e a concessão de folgas aos sábados, para que os cativos pudessem trabalhar para seu auto-sustento.<sup>26</sup> Tal solicitação revelou-se vã.

Por sua vez, o padre Manuel de Almeida pediu que os seus “alunos meninos” da cidade da Ribeira Grande o avisassem caso algum escravo ado-

22 Torrão 1995, 60-76; Cohen 1995, 191-206.

23 N. S. Gonçalves 1996, 109-122.

24 A expressão “escravo crioulo” designa os escravos nascidos nas ilhas de Cabo Verde.

25 *Jabacone*: curandeiro, feiticeiro, adivinho originário das religiões africanas tradicionais transposto pelos escravos e forros para a cultura crioula insular cabo-verdiana (Hawthorne 2010, 217).

26 ARSI, Lusitania, Padre Manuel de Barros, “Carta do padre jesuíta ao padre assistente de Portugal de 19 de Abril” de 1605, Lusitania, 83, fols. 349-352 v.

ecesse, para não morrer sem ser batizado. Num testemunho concordante com o anterior, informou que existiam muitos “negros gentios” aos quais os escravocratas apenas davam um nome sem os batizar, para evitar pagar o montante exigido pelos seculares para a administração daquele sacramento. Transmitiu também que os curas iam a bordo dos navios em trânsito no porto da cidade da Ribeira Grande sem, no entanto, conseguirem identificar os que já haviam recebido o sacramento e os que estavam por batizar, por não haver tempo para mais. Sugeriu que na Guiné, antes do embarque dos escravos, se fizessem listas dos batizados, para evitar a perdição das almas de tantos africanos, devido à indiferenciação entre os já sacramentados e os não-batizados.<sup>27</sup>

O discurso destes dois padres jesuítas apenas pôs em evidência o que a documentação que temos vindo a analisar deixou pressupor. Os escravos que faziam escala no arquipélago e os que já nasciam nas ilhas eram batizados com a administração apressada e massiva dos actos sacramentais formais, sem a devida preparação doutrinal. O ensino da catequese era inexistente para os escravos em trânsito e, mesmo para muitos dos cativos nascidos no arquipélago, se alguma instrução era leccionada, era deficiente. Os inacianos revelaram que os escravocratas não cumpriam as suas obrigações legais e espirituais relativas aos seus escravos, uma vez que não lhes concediam a requerida dispensa dos seus afazeres quotidianos para a demorada aprendizagem da doutrina. Os senhores, quando atribuíam aos seus novos escravos nomes portugueses, escondiam que eles não eram batizados e que muitos morriam sem ter tido acesso ao sacramento de entrada na vida cristã.

As críticas dos inacianos abriram uma questão de consciência e de legalidade à qual a Coroa não podia ficar indiferente, ante o volume crescente de escravos que eram transportados pelos contratadores de escravos dos Rios de Guiné para as Índias de Castela sem ser catequizados e batizados.<sup>28</sup>

Em 1622, o monarca, por sugestão da Mesa da Consciência e Ordens, ordenou a criação da Junta do Batismo dos Escravos de Cabo Verde e Guiné

---

27 Brásio 1958-2004, 4:278-282 (Padre Manuel Almeida, “Carta do padre jesuíta ao provincial da Companhia de Jesus de 11 de Julho”, de 1607, cód. 74, fols. 90-91 v., Archivum Romanum Societatis Iesus, Roma).

28 Vila-Vilar 1977.

para exame desta melindrosa questão. Este órgão consultivo emitiu o seu parecer no ano seguinte. A junta, com base em testemunhos de actores locais, como os jesuítas ou os governadores-gerais de Cabo Verde, concluiu que os baptismos dos escravos que rumavam à América espanhola não eram válidos, canónica e juridicamente, uma vez que não eram precedidos de um adequado ensino catequético e de um consentimento livre e informado dos cativos. Dado que entre um carregamento de centenas de negros podiam existir diferentes entendimentos sobre o que lhes era ministrado no fugaz baptismo colectivo, através da aspersão de água e do pronunciamento de fórmulas rituais, o mais adequado seria ministrar, nos portos de destino, um baptismo condicional para evitar a invalidade canónica de um duplo sacramento.<sup>29</sup>

A junta, já num âmbito pastoral do que entendia ser a admissão dos cativos a uma conversão efectiva, propôs que se fundasse no porto de Cacheu uma residência para quatro jesuítas, que funcionaria em colaboração com a futura instituição que a Coroa pretendia que esta ordem religiosa criasse na cidade da Ribeira Grande. Nesta casa de ensino, os religiosos inacianos e alguns jovens ordinandos naturais de Cabo Verde deviam aprender as línguas locais dos Rios de Guiné para, então, poderem instruir e baptizar convenientemente os cativos. Por seu lado, os negociantes de Santiago pretendiam que o baptismo dos escravos se fizesse na ilha, aproveitando este pretexto para que os navios negreiros aí tivessem escala obrigatória. A junta mostrou-se contrária a esta pretensão dos mercadores santiaguenses, uma vez que a escala nos portos da ilha devia ser o mais breve possível, para se evitar o aumento da mortalidade a bordo. No porto de Cacheu, o tempo de permanência das embarcações era mais elevado, para que se efectuassem as demoradas negociações com as chefaturas locais para a aquisição dos escravos, para completar os carregamentos e embarcar os cativos nos navios. No entender da junta, este período poderia ser aproveitado para capacitar os cativos a receber um baptismo conforme às normas canónicas. Além disso, devia seguir nos navios um sacerdote nomeado pelo

---

29 Brásio 1958-2004, 3-7 (Junta do Baptismo dos Escravos de Cabo Verde e Guiné, “Consulta da Junta do Baptismo dos escravos de Cabo Verde e Guiné”, de 1623. Cód. 36, cód. 35, fols. 120 v.-124, Conselho Ultramarino, Arquivo Histórico Ultramarino). Sobre este assunto, vide N. S. Gonçalves, 160-162.

bispo de Cabo Verde para baptizar os que ainda não o tivessem sido, confessar os que adoessem e dar a extrema-unção aos moribundos. Este sacerdote devia ser pago pelos armadores de Santiago e pelos contratadores. Igual procedimento deveria ser seguido em Angola e São Tomé, pelo que foi ordenado aos bispos dessas dioceses que fizessem instruir e catequizar os escravos nos portos de saída. Enquanto tal instituição não fosse fundada em Cacheu, o bispo devia mandar à costa dois clérigos que assistissem os escravos a bordo para receberem o baptismo, antes de efectuarem a arriscada travessia atlântica.

O projecto da implantação dos jesuítas em Cabo Verde e Rios de Guiné, tão estimado pelos primeiros Habsburgos, viria a soçobrar em meados do século XVII, quando os dois inicianos remanescentes abandonaram a ilha de Santiago, em 1642, sem licença régia. A província de Lisboa nunca tivera esta missão por prioritária, mandando poucos missionários para o terreno e adiando a fundação de uma casa na ilha de Santiago e de uma residência nos Rios de Guiné.<sup>30</sup>

O tema do baptismo dos escravos transpôs o Atlântico e chegou ao porto de Cartagena das Índias, um dos principais destinos dos escravos provenientes de Cabo Verde e Rios de Guiné desde as últimas décadas do século XVI.

Em 1604, foi fundada nessa cidade uma missão de padres jesuítas em que se incluía o padre Alonso de Sandoval, precisamente no mesmo ano da criação da missão de Cabo Verde, facto que não é despiciendo. Aquele eclesiástico, tal como os seus irmãos de missão e os seus escravos ladinos, dedicou o seu labor à assistência material e espiritual dos escravos recém-chegados.<sup>31</sup> Em muitos casos, eram os jesuítas de Cartagena e de Cabo Verde que negociavam esses escravos e os faziam transportar por armadores de confiança, participando assim activamente no trato negreiro entre o arquipélago, o porto de Cartagena e a posterior revenda desses cativos nas possessões espanholas. As normas convencionais das missões jesuítas implicavam a sua independência financeira e o seu autofinanciamento face aos centros provinciais ibéricos, pelo que os inicianos

---

30 Gonçalves 1995.

31 A expressão “escravos ladinos” diz respeito a escravos já aculturados que detinham importantes competências multilíngüísticas no domínio da língua portuguesa, espanhola, crioula e dos idiomas africanos, sendo utilizados pelos missionários como tradutores e intérpretes.

recorreram amiúde ao tráfico de escravos e ao trabalho dos cativos nas propriedades rurais e urbanas da missão, tendo investido no ensino da língua e da música aos escravizados (ladinização) para aumentar o seu valor comercial.<sup>32</sup> Em termos materiais, a missão de Cartagena procurou providenciar aos cativos melhores condições de acolhimento, bem como cuidados alimentares e de saúde, dado que vinham desfalecidos ou mesmo moribundos depois da travessia atlântica.

Nos barracões onde os escravos eram guardados antes de serem revendidos, o padre Alonso de Sandoval questionou-se e pôs em dúvida que esses cativos tivessem sido batizados na forma canónica e legal nos portos de Cabo Verde e Rios de Guiné. Através da intermediação linguística de negros ladinos,<sup>33</sup> constatou que a maioria dos escravos não tinha recebido o necessário ensino catequético para entender e consentir, de forma esclarecida, no sacramento que lhes era ministrado a bordo. Com base nestes testemunhos, nas cartas dos seus confrades da missão de Cabo Verde e Guiné, do historiógrafo jesuíta Fernão Guerreiro, dos negociantes negreiros e da sua gente de bordo, Sandoval redigiu uma obra soteriológica sobre a salvação daqueles cativos.<sup>34</sup> O inaciano mencionou que o significado que os africanos atribuíam aos gestos, às palavras e à água que um homem branco lhes aplicava era diferente do pretendido. Muitos escravizados pensavam que a água benta era semelhante ao ferro com que os negreiros os marcavam; outros, que se tratava de lhes lavar as cabeças sujas para melhor lhes cortar os cabelos, de refrescar os seus corpos ou de os preservar de certas doenças, como dores de cabeça, como era praticado nas suas terras de origem. Existiam ainda escravos que associavam este ritual a interditos de proibição de ter relações sexuais a bordo ou de se revoltarem durante a travessia do Atlântico; manifestaram também que era cerimónia e ordem superior dos brancos, pelo que deviam simplesmente obedecer.<sup>35</sup>

Em Cabo Verde, depois do encerramento da missão dos jesuítas, iniciou-se em 1657 a missionação franciscana sob a égide das províncias da

---

32 Sobre este assunto, vide estudo em curso de Horta et Torrão 2020.

33 De acordo com Raphael Bluteau, o termo era utilizado para designar os escravos “mais espertos e mais capazes para o que se lhes encomenda” (1712-1729, 5:16).

34 Guerreiro (1600-1609) 1930-1942; Sandoval (1627) 1956.

35 Sandoval (1627) 1956, 122-123; Cenci 2015.

Piedade e da Soledade. Pouco depois da sua chegada, foi construído o Convento de São Francisco na cidade da Ribeira Grande, ponto de irradiação dos novos missionários para as outras ilhas do arquipélago e para a Costa da Guiné. Esta missão não deixou muitos testemunhos sobre o posicionamento franciscano face ao baptismo dos escravos no arquipélago e na costa africana fronteira. Tal facto deveu-se à derrocada do Convento de Santo António dos Capuchos em Lisboa, a casa-mãe daquela missão, no Terramoto de 1755, uma vez que aí se conservava a correspondência com a missão de Cabo Verde.<sup>36</sup>

Em meados do século XVII, o arquipélago já não tinha uma participação activa nas principais rotas negreiras transatlânticas, limitando-se a fornecer aguada, refresco, sal e panaria da terra às embarcações europeias que faziam escala nas ilhas.<sup>37</sup> As ligações marítimas com Portugal tornaram-se escassas, diminuindo também a atenção política do centro sobre o arquipélago.<sup>38</sup>

A polémica das condições de admissão dos escravos cabo-verdianos e guineenses ao baptismo só foi reactivada na viragem para o século XVIII pelo bispo D. Fr. Vitoriano Portuense, cujo episcopado decorreu entre 1685 e 1705.<sup>39</sup>

A diocese de Cabo Verde havia estado vaga por mais de 25 anos devido ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé. Após o reatamento das ligações diplomáticas de Portugal com Roma, foi retomado o provimento dos bispos portugueses e ultramarinos.<sup>40</sup> Em 1671, foi escolhido D. Fr. Fabião dos Reis, que faleceu nove meses depois de chegar ao arquipélago, em 1674.<sup>41</sup> O bispo seguinte, D. Fr. António de S. Dionísio teve um exercício muito atribulado de nove anos, tendo entrado em conflito aberto com o clero local, já constituído na sua maioria por padres da terra, após o progressivo abandono da diocese por parte dos eclesiásticos metropolitanos a partir das primeiras décadas do século XVII.<sup>42</sup>

---

36 Rema 1982; Recheado 2010. Apenas os cronistas franciscanos Fr. Francisco de Santiago e Fr. Manuel da Mealhada, na sua *Crónica da Província de Nossa Senhora da Soledade...*, de 1762, referem a actividade pastoral dos frades franciscanos no arquipélago de Cabo Verde, salientando que se dedicavam ao ensino da catequese e à administração dos sacramentos aos nascidos na terra, nomeadamente aos escravos (Barcellense 2009; BPMP, Mealhada [1786-1789?], *Coronica da Província da Soledade...*). Sobre os dois cronistas, vide Araújo (2011).

37 Carreira 1983.

38 Carreira 1972, 131-173; Baleno 2002, 181-188.

39 M. J. Soares 2002, 346-364; 2005; M. P. Gonçalves 1995.

40 Almeida 1968, 335-342; Paiva 2006, 171-277.

41 M. J. Soares 2002, 340.

42 M. J. Soares 2002, 342-346. Sobre a emergência do clero nativo no espaço imperial, vide Marcussi 2012; esta temática no arquipélago de Cabo Verde foi estudada por Recheado 2013.

As vacâncias e os sobressaltos do poder episcopal foram relevantes para o assunto aqui em estudo, uma vez que uma parte muito significativa dos “padres da terra” (clero local ou autóctone) ficou muito tempo sem poder aceder a ordens sacras, quer por falta de prelado, quer por recusa episcopal na concessão do sacramento da ordenação. O número de eclesiásticos diminuiu de forma significativa e várias conezias e dignidades do cabido, tal como as paróquias, ficaram vagas por morte dos seus oficiantes ou até por abandono dos postos eclesiásticos, o que pode ter contribuído para que muitos escravos ficassem por baptizar ou fossem baptizados de forma inadequada. Por outro lado, à semelhança da elite escravocrata, o clero mostrou-se cada vez mais in-submisso, quando não rebelde, perante os oficiais régios e eclesiásticos.<sup>43</sup>

Foi então escolhido para a mitra de Cabo Verde D. Fr. Vitoriano Portuense, um dos mais carismáticos bispos da diocese. Nos primeiros dez anos do seu episcopado, D. Fr. Vitoriano dedicou-se às actividades pastorais de que foi incumbido pela Coroa, como a cristianização dos “reis” de Bissau; ou às causas que considerou prioritárias para a afirmação do poder episcopal, como a construção da sé catedral na cidade da Ribeira Grande ou as disputas com a elite local, a misericórdia e o cabido.<sup>44</sup>

O baptismo dos escravos mereceu grande atenção por parte de D. Fr. Vitoriano e foi uma das formas que privilegiou para enfrentar os terratenentes da ilha de Santiago. Em 1696, escreveu uma carta para o rei sobre os escravos da Companhia de Comércio de Cacheu e Cabo Verde.<sup>45</sup> Nesta missiva, o prelado criticou um dos comportamentos que considerava mais reprováveis por parte dos senhores, que consistia em não baptizarem de forma conveniente os seus cativos.<sup>46</sup> Esta denúncia fazia parte de uma estratégia de D. Fr. Vitoriano para admoestar os maiores locais, submete-los ao poder episcopal e tentar enfraquecer a sua proeminência. Em resposta àquela carta, D. Pedro II ordenou ao bispo que não consentisse o embarque de escravos que achasse por baptizar

---

43 Sobre o clima de desordem social, vide Cabral 2002, 272-310.

44 Mota 1974; M. P. Gonçalves 1995; M. J. Soares 2002, 346-364.

45 Sobre a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, vide Baleno 2002, 215-216.

46 Brásio 1958-2004, 7:325-326 (D. Fr. Vitoriano Portuense, “Carta do bispo de Cabo Verde ao rei sobre irregularidades no baptismo dos escravos de 4 de Junho”, de 1696. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino).

na ilha após um ano de serviço. Caso assim sucedesse, o caixeiro da companhia de Cacheu e Cabo Verde devia devolvê-los aos seus senhores para permitir a sua doutrinação durante um ano.<sup>47</sup> Contudo, os escravocratas persistiram em não entregar os seus escravos ao clero para os instruir.

Meses depois, o Conselho Ultramarino reuniu para fazer consulta sobre esta questão. Verificou-se que alguns armadores e sócios da companhia traziam escravos por baptizar. Numa determinada armação, o bispo foi pessoalmente à casa da alfândega na Ribeira Grande examinar a legalidade da administração do sacramento dos escravos, tendo impedido que o caixeiro da companhia os deixasse embarcar. O governador-geral António Salgado e o ouvidor João Coimbra Soeiro foram negociar com o prelado para que o assunto fosse resolvido de forma conciliatória. O Conselho sugeriu que, em vez de se proibir o embarque de escravos sem baptismo, estes deviam ser substituídos por escravos da terra já devidamente instruídos e baptizados, uma vez que os cativos em trânsito desconheciam a língua portuguesa ou a crioula e eram “rudes”, pelo que o ensino da catequese era muito demorado. Por seu lado, os negreiros argumentavam que os escravizados seguiam em direitura para “terra de católicos”, onde existiam muitos mestres para os doutrinar. O Conselho preconizou que os escravos que demorassem algum tempo para embarcar nos portos de Cacheu e Bissau aí fossem instruídos e baptizados. Quanto aos escravos que chegassem a Santiago por baldeação,<sup>48</sup> escala ou refresco, mesmo que viessem por sacramentar, deviam ser embarcados e baptizados nos portos de destino, dado que a perda de tempo podia significar maior risco de mortalidade.<sup>49</sup>

Pouco tempo depois, D. Pedro II informou o governador-geral e o bispo da decisão do Conselho, acrescentando que deviam seguir clérigos seculares em cada embarcação para ensinar os escravos que estivessem por baptizar e

---

47 Brásio 1958-2004, 7:376-377. (D. Pedro II, “Carta régia ao bispo de Cabo Verde enviando contra ordens acerca do baptismo dos escravos de Guiné e Cabo Verde”, de 1697. Cód. 489, Conselho Ultramarino, Arquivo Histórico Ultramarino).

48 Baldeação: acto de baldear, exportação, passar carga de um navio a outro (A. M. Silva [1789] 1813, 254).

49 Brásio 1958-2004, 7:355-358 (Conselho Ultramarino, “Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Novembro sobre o baptismo dos escravos”, de 1696. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino). Brásio 1958-2004, 7:357-358 (D. Pedro II, “Parecer sobre o baptismo dos escravos de 4 de Março de 1697 anexo à consulta do Conselho Ultramarino acima referida”, de 1697. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino).

para sacramentar os que estivessem em perigo de vida. Os navios deviam ser portadores de certidões com róis da quantidade dos escravos, nos quais se devia discriminar os que estavam por baptizar e os já baptizados, documentos que deviam ser entregues nos portos de destino a quem fosse responsável pela respectiva jurisdição espiritual.<sup>50</sup>

O prelado respondeu prontamente àquela missiva régia. D. Fr. Vitoriano afirmou literalmente que ficaria muito consolado se a questão do baptismo dos escravos fosse tão fácil de resolver, como fora rápido o Conselho Ultramarino a especular sobre o assunto. Assegurou que o baptismo dos escravos a bordo, mesmo dos que estivessem moribundos, nunca podia ser ministrado sem catequese, sob o risco de ser inválido em termos canónicos. Advertiu também que nos Rios de Guiné não existiam condições para o baptismo dos escravos, pois além de serem “rústicos e incapazes”, só pensavam em “quebrar as correntes e grilhões e tornarem para suas terras”. Considerou que os escravos desembarcados em Santiago eram boçais e não sabiam nenhuma palavra de língua crioula, na qual era ministrado o ensino, e só depois de muitos meses de aprenderem a falar é que podiam ser catequizados. Quanto aos escravos em trânsito ou escala na ilha de Santiago, o bispo observou que iria cumprir a determinação régia e assim apaziguar a sua consciência.

D. Fr. Vitoriano acrescentou que alguns sócios da companhia e seus aparguados em Santiago tinham comprado escravos para trabalhar nas suas fazendas e depois pretendiam revendê-los, após o prazo de um ano sem estarem baptizados. Salientou que a diocese não tinha meios materiais e humanos para fazer seguir sacerdotes em todas as embarcações negreiras, além de não existirem a bordo condições para instruir e baptizar, dadas as dilacerantes condições da travessia atlântica, afirmando que servia “muitas vezes o resgate de os mandar mais cedo a penar no outro mundo”. Reiterando a determinação régia decidida no período dos jesuítas, o bispo defendeu que se fundasse, em Cacheu, um grande edifício coberto de telha, para embarcar a escravaria que estivesse à

---

50 Brásio 1958-2004, 7:374-375 (D. Pedro II, “Carta régia ao governador de Cabo Verde D. António Gomes Mena sobre o baptismo de escravos de 5 de Março”, de 1697. Liv. 2, fols. 37-37v. Arquivo de Cabo Verde, Praia); Brásio 1958-2004, 7:376-377 (D. Pedro II, “Carta régia idêntica ao bispo de Cabo Verde D. Fr. Vitoriano Portuense de 5 de Março”, de 1697. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino).

espera de embarcar, onde os missionários e os eclesiásticos pudessem ensinar. Afirmou que iria diligenciar junto dos mestres das embarcações a elaboração de certidões relativas ao baptismo dos escravos, concluindo que a maior parte deles seguia por baptizar.<sup>51</sup>

O Conselho Ultramarino recomendou ao rei que se seguisse, nas ilhas de Cabo Verde e nos Rios de Guiné, uma estratégia pastoral semelhante à praticada em Angola. Deviam existir nos portos de embarque e de escala catequistas que fossem conhecedores das línguas africanas para baptizar os escravos, sem que fosse necessário esperar que aprendessem a língua portuguesa ou a crioula, no caso de Cabo Verde. Os senhores da ilha de Santiago que recebessem escravos deviam providenciar que fossem catequizados e baptizados, comprometendo-se a pagar o que fosse estipulado pelo clero para a administração daquele sacramento. Igual cuidado deveria ser observado nas embarcações negreiras que fizessem escala em Santiago; os catequistas deviam subir a bordo e fazer todo o possível para doutrinar os africanos embarcados. O Conselho sugeriu também ao monarca que diligenciasse para que fosse construída a edificação destinada ao ensino e baptismo dos escravos no porto de Cacheu.<sup>52</sup>

Poucos dias depois, D. Pedro II escreveu ao governador-geral de Cabo Verde, António Salgado, ordenando-lhe que desse execução à construção da casa da catequese em Cacheu e que existissem tanto naquele porto guineense como na ilha de Santiago catequistas “práticos” nas línguas guineenses.<sup>53</sup>

Em 1700, D. Fr. Vitoriano escreveu ao monarca uma longa missiva sobre as cinco questões pastorais que considerou mais reprováveis da diocese.<sup>54</sup> Entre as suas denúncias encontrava-se o assunto do baptismo dos escravos. Fez o historial da questão desde o início do seu episcopado e referiu todos os episódios e decisões régias acima enunciadas. D. Fr. Vitoriano informou que

---

51 Brásio 1958-2004, 7:386-388 (D. Fr. Vitoriano Portuense, “Carta do bispo de Cabo Verde a D. Pedro II de 17 de Abril”, de 1697. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino).

52 Brásio 1958-2004, 7:398-401 (“Consulta do Conselho Ultramarino sobre o baptismo dos escravos de 12 de Novembro”, de 1697, Cód. 478, fols. 103-104. Conselho Ultramarino, Arquivo Histórico Ultramarino).

53 Brásio 1958-2004, 7:415-416 (D. Pedro II, “Carta régia ao governador de Cabo Verde D. António Salgado de 7 de Janeiro”, de 1698. Caixa 8, Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino).

54 AHU, Cabo Verde, D. Fr. Vitoriano Portuense, “Carta do bispo de Cabo Verde ao rei em que apresenta as importantes questões pastorais da diocese de 13 de Junho, de 1700, Caixa 9, doc. 7.

mandara publicar carta pastoral em que estabelecia que os escravocratas de Santiago seriam multados em dez cruzados, se os seus escravos não soubessem rezar no prazo de seis meses, ou na perda do escravo, se tal não ocorresse no período de um ano. Acrescentou ao documento a disposição régia do ano anterior sobre o assunto. Informou o rei que os senhores santiaguenses tinham aproveitado a decisão régia de 1697 para negligenciar ainda mais o ensino dos seus escravos, uma vez que afirmavam que os escravos da terra que vendiam eram cativos que tinham vindo por escala, pelo que podiam sair sem ser baptizados. Na óptica do prelado, tornou-se possível que a maior parte dos escravos embarcados pela companhia fosse gentia. Finalmente, concluiu que na diocese o ensino da catequese aos escravizados, que sempre havia sido ruim, ficava agora pior.<sup>55</sup>

Nesta longa exposição, o bispo fez um breve parêntesis soteriológico, considerando que não só estava em risco a salvação dos cativos guineenses e santiaguenses, perante os elevados níveis de mortalidade a bordo nas embarcações negreiras, mas também a dos armadores e senhores que caucionavam o comércio de escravos por baptizar, dado que este pecado comprometia a redenção das suas almas.

D. Fr. Vitoriano informou o monarca de que os negociantes de Santiago e Cacheu se mancomunavam com os oficiais régios, fazendo destes seus “amigos”, além destes nada terem feito para edificar a casa de Cacheu onde se deveria proceder à catequese dos escravos. Quanto aos senhores da ilha de Santiago, o bispo exemplificou o caso de um maioral da milícia local que tinha na sua posse escravos gentios havia mais de 11 anos. O bispo comentou que seria conveniente confrontar todas estas práticas ilícitas com a legislação sobre o baptismo dos cativos, que não era observada em Cabo Verde.

O bispo realçou que uma das consequências imprevistas da dúbia decisão de D. Pedro II, de 1697, atrás referida, havia sido o baptismo apressado dos escravos em Cacheu, nos portos de Santiago a bordo, em situação de

---

55 M. P. Gonçalves 1992, 54-55 (D. Fr. Vitoriano Portuense, “Carta pastoral sobre o baptismo dos escravos Treslados das cartas pastorais de D. Frei Vitoriano Portuense”, de 1697. Fls. 101-102 v., Arquivo Histórico Nacional, Praia).

perigo de vida, sacramentos que eram nulos ou infrutíferos em termos canónicos, uma vez que eram realizados sem uma competente doutrinação. Advertiu também que não era possível ensinar a bordo, dado que os escravos estavam muito debilitados devido a uma má alimentação, além de que os navios seguiam de tal forma sobrelotados que muitos escravos morriam na viagem atlântica. Por outro lado, confrontou o rei com a realidade espiritual da ilha de Santiago, onde muitos escravos de idades mais avançadas nem sequer cumpriam o preceito anual da desobriga pela Quaresma, dado que os seus possuidores, mal eles chegavam da costa africana, os empregavam no trabalho das fazendas, sem que fosse concedido o tempo devido para o ensino da catequese.

D. Fr. Vitoriano incluiu neste documento uma transcrição do governador-geral António Salgado ao rei, em que solicitava instruções sobre a construção da casa da catequese em Cacheu, designadamente sobre as suas dimensões, modo de guardar os escravos, financiamento do seu sustento, etc., indagando se os deviam ser os moradores de Santiago ou de Cacheu a custear tal projecto.

O bispo escreveu ao governador sobre esta matéria indicando elementos muito relevantes sobre a questão linguística que a catequização dos escravos suscitava. Referiu que em Santiago os homens forros crioulos filhos da terra não guardavam memória das línguas africanas nativas. Recordou, no entanto, que existiam na ilha alguns escravos mais velhos “de geração recém-chegada” que não haviam cortado por completo as amarras com o seu meio de origem e que se lembravam das línguas maternas, pelo que eram bilingues. Uma vez que falavam crioulo, D. Fr. Vitoriano advogou a possibilidade de serem os escravos mais idosos a ensinar doutrina aos escravos novos vindos dos Rios de Guiné, solução que provavelmente seria do agrado dos escravocratas, dado não teriam de pagar ao clero por essa demorada tarefa.<sup>56</sup>

Depois desta longa missiva de denúncia sobre os assuntos mais graves com que se deparou no seu exercício pastoral, D. Fr. Vitoriano decidiu viver de forma mais discreta do que no período inicial do seu múnus, recolhendo-se

---

56 M. J. Soares 2006.

no Convento de São Francisco da cidade da Ribeira Grande. Trocou a mitra pelo burel e acolheu-se numa pequena cela em que se dedicava a exercícios espirituais que, no seu entender, lhe davam força para continuar à frente de tão acidentado bispado, ao qual o monarca não havia permitido que renunciasse e regressasse ao reino para reintegrar a vida conventual da ordem franciscana.

## Conclusão

No designado império português, a escravidão e o trato de escravizados foram justificados com recurso a um discurso evangelizador que apresentava o cativo como uma via para a salvação das almas dos escravos. Esta fundamentação soteriológica, bem como a natureza confessional da monarquia portuguesa, determinou que a evangelização, catequização e o baptismo dos escravos fossem garantidos juridicamente. Cabia aos agentes eclesiásticos das dioceses ultramarinas, neste caso aos de Cabo Verde, salvaguardar aquela legitimidade político-religiosa, através de uma escrupulosa administração do sacramento do baptismo aos neófitos africanos.

A historiografia sobre esta temática concluiu que até ao início do século XVI, o baptismo dos escravos em Lisboa era reiteradamente ministrado forçadamente, sem grandes preocupações catequéticas e através de rituais colectivos, fórmulas sumárias e modalidades breves.

A situação parece ter sido similar em Cabo Verde, o principal entreposto negreiro transatlântico até meados de Quinhentos. O clero insular dos séculos XV e XVI de matriz reinol viu-se confrontado, desde o início do povoamento das ilhas de Santiago e do Fogo, com a passagem de escravos dos Rios de Guiné pelos portos locais e com a integração dos cativos na sociedade e economia locais. Como lidou com esta questão?

Entre os padres portugueses e os escravos africanos, existiam barreiras linguísticas, culturais e religiosas profundas que não permitiam uma transmissão eficiente e apropriada da mensagem cristã, pelo que a interiorização da mesma seria muito superficial e plena de equívocos, como demonstrou o

mais tarde padre jesuíta Alonso de Sandoval, através das interpretações que os africanos atribuíam aos rituais do batismo. O fosso entre as partes exigiu a emergência de mediadores e intermediários, que despontaram gradualmente entre os escravos “línguas” e ladinos, já integrados na sociedade local e que, perante os obstáculos dos escravocratas e a fraca aptidão do clero secular nesta matéria, foram aceites como agentes de catequização e transmissão do ensino de rudimentos de catequese e da vivência cristã. Contudo, não vislumbrámos nenhuma iniciativa da igreja local no âmbito da formação de padres na complexa realidade linguística dos Rios de Guiné nem existiram, como em outras áreas do império, catecismos em línguas africanas.<sup>57</sup>

Por outro lado, e apesar de existir um número elevado de eclesiásticos nos meios urbanos, o volume do tráfico negreiro não permitiu uma correcta administração do batismo aos escravos em trânsito. A questão não sobressaiu na documentação por parte das autoridades régias e eclesiásticas locais, dado que denunciar tal situação significava pôr em causa os interesses comerciais que não permitiam muitos escrúpulos em matérias espirituais. Significava também denunciar as fragilidades da igreja local, uma vez que a esparsa presença do clero ao longo do território insular, as suas fracas competências pastorais e as cedências do clero reinol e da terra ante os negociantes negreiros e os terratenentes se saldaram por uma evangelização superficial dos escravos, sob a aparência da normalidade dos batismos colectivos, que aliviavam as consciências.

Quanto ao ensino e à administração do batismo aos escravos integrados na sociedade cabo-verdiana, a questão parece ter sido similar, uma vez que os escravocratas não permitiam que os seus escravos fossem dispensados do duro trabalho quotidiano nas fazendas para se dedicarem à longa aprendizagem da doutrina, tarefas didácticas que exigiam a existência de tradutores/intérpretes que ensinassem língua e catequese.

A soteriologia dos escravos no arquipélago de Cabo Verde só foi abordada pontualmente de forma crítica pelos missionários jesuítas, pelo inaciano Alonso de Sandoval e pelo bispo D. Fr. Vitoriano Portuense. Contudo, as apre-

---

57 Marcussi 2013, 69.

ciações enunciadas por estes eclesiásticos não lograram alterar o panorama de uma doutrinação deficiente e do baptismo apressado dos escravos.

Esta postura foi simultânea ao processo de progressivo abandono de Cabo Verde por parte dos padres reinóis desde as décadas finais do século XVI e à emergência do clero nativo e dos padres da terra, estreitamente relacionados com os interesses escravocratas, já que não só integravam as mais importantes famílias e clientelas da elite local, como também detinham fazendas com escravos.

Por outro lado, o clero autóctone cabo-verdiano demonstrou em variadas ocasiões a sua complacência e mesmo a sua anuência para com práticas religiosas híbridas, que emergiram no arquipélago à medida que este se endogenizou, pelo que também se afigura provável o seu escasso labor na evangelização e doutrinação dos escravos. Os escravizados domésticos constituíram, provavelmente, uma excepção e uma particularidade perante aquele panorama geral.

Em suma, ao longo deste período de mais de dois séculos e meio de história insular, a questão do baptismo dos escravos só episodicamente alcançou importância por parte de agentes externos e locais que denunciaram o chamado baptismo mecânico e uma cristianização e conversão aparentes e enganosas.<sup>58</sup> Tanto quanto as lacunas nos fundos documentais nesta matéria nos permitem concluir, não existiu na diocese de Cabo Verde um projecto específico de evangelização dos escravos, expresso em estratégias e métodos catequéticos consistentes.

Entre a legislação que tornava o baptismo dos escravos mandatório, as cartas régias que exaravam determinações sobre o assunto e as resoluções de órgãos consultivos como a Junta do Baptismo dos Escravos e o Conselho Ultramarino, existiram de permeio os interesses negreiros e escravocratas, que não se compadeceram com a perda de tempo e rendimentos exigida pela catequese e pelo baptismo dos escravos.

Esta problemática expôs as incongruências do domínio português nos trópicos, uma vez que entre o discurso evangelizador e as estratégias da

---

58 A propósito do conceito de “baptismo mecânico”, vide Marcussi 2013, 67.

Coroa e da Igreja estabelecidas no terreno, existia uma teia de conveniências socioeconómicas que dificultou o baptismo e a conversão efectiva dos escravos ao cristianismo, emergindo um padrão religioso dual. Os comportamentos espirituais locais conservaram rituais de passagem de matriz africana no momento do nascimento e baptismo (*noite di sete* ou *guarda-cabeça*), casamento (comensalidade e pilagem colectiva do milho), celebrações festivas (*zambunas*, reinados, *tabanca* e santos juninos)<sup>59</sup> e sobretudo nos rituais funerários com o cerimonial da esteira.<sup>60</sup>

Apesar de a monarquia se legitimar política e ideologicamente, entre outros motivos, através da salvação das almas dos escravos, tanto os agentes régios como o clero diocesano pouco puderam fazer ante o ritmo acelerado do tráfico negreiro ou os interesses dos terratenentes. Embora comerciantes e escravocratas fossem os responsáveis últimos pela garantia de condições aos seus escravos para que estes fossem catequizados e baptizados de forma adequada, os seus interesses económicos não eram conciliáveis com justificações políticas, morais ou religiosas.

A imposição do cristianismo aos africanos em Cabo Verde, oficializada antes de mais através do sacramento do baptismo, revelou-se afinal superficial, uma vez que por detrás de gestos e rituais cristãos que os escravos praticavam, estavam encobertas crenças e práticas religiosas de origem africana que se enraizaram com o devir.

---

59 Trata-se de ajuntamentos e bailes nocturnos praticados pelas escondidas da noite na vila da Praia, em que homens marginais pretos e mulatos tocavam um género musical de tipo de afinação, de inspiração africana, acompanhado de batidas de palmas e violão (Silva 2002, 30). Eram considerados eventos “gentílicos” e de resistência à ordem colonial e às “leis de Deus e do rei”, nos quais se dançava, tocava música, se bebia aguardente, e os homens e mulheres “de falta” se envolviam em actos sexuais considerados afrontosos aos olhos dos oficiais régios.

60 Pereira 2005a, 33-360; M. J. Soares [No prelo]; Rodrigues 1995; Semedo et Turano 1995; Saraiva 1998.

## BIBLIOGRAFIA

### Fonte manuscritas

#### AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

##### Cabo Verde

D. Fr. Vitoriano Portuense. 1700. “Carta do bispo de Cabo Verde ao rei em que apresenta as importantes questões pastorais da diocese de 13 de Junho, Caixa 9, doc. 7.

#### ARSI – Archivum Romanum Societatis Iesus (Roma)

##### Lusitania

Padre Manuel de Barros, “Carta do padre jesuíta ao padre assistente de Portugal de 19 de Abril” de 1605, 83, fols. 349-352 v.

#### BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto (Porto)

Mealhada, Fr. Manuel da. [1786-1789?]. *Coronica da Provincia da Soledade, da mais Estreita Observancia no Reyno de Portugal. Tomo II, Dedicado ao Grande, e Indefectivel patrocínio de Jezus, Maria e Joze, S. Joaquim e Santa Ana. Por Seu Author Fr. Manuel da Mealhada. Deu-lhe os Últimos Retoques por 1786-1789.*

### Estudos e fontes impressas

Albuquerque, Luís, et Maria Emília Madeira Santos, dirs. 1988. *História Geral de Cabo Verde. Corpo Documental*. Vol. 1, Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde.

Alfonso X, El Sábio. 1252-1284. *Las Siete Partidas*. PDF online. Biblioteca Virtual Universal. URL: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/130949.pdf>. [Acesso: 12.12.2018].

Almeida, Fortunato de. 1968. *História da Igreja em Portugal*. Vol. 2. Barcelos: Portucalense Editora.

Araújo, António de Sousa. 2011. “Em torno da *Crónica da Província de Nossa Senhora da Soledade* de Fr. Francisco de Santiago.” *Lusitana Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa* 23:233-241.

Baleno, Ilídio Cabral. 1991. “Povoamento e Formação da Sociedade.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Luís de Albuquerque et Maria Emília Madeira Santos. Vol. 1, 125-177. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde.

———. 1995. “Pressões Externas. Reacções ao Corso e à Pirataria.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 2, 125-188. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.

- . 2002. “Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.” In *História de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 3, 157-233. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde.
- Barcellense, Frei Francisco de Santiago. 2009. *Chronica da Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, edição fac-similada. Tomo II. Lisboa: Província Portuguesa da Ordem Franciscana/Alcalá.
- Barcellos, Cristiano José de Senna. 1899-1915. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné: Memória Apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*. 3 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências.
- Bluteau, Raphael. 1712-1729. *Vocabulário Portugues e Latino, áulico, anatómico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Brásio, António, ed. 1958-2004. *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental*. 2.<sup>a</sup> série. 7 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História/Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cabral, Iva. 2002. “Política e Sociedade. Ascensão e Queda de Uma Elite Endógena.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 3, 235-326. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde.
- . 2015. *A Primeira Elite Colonial Atlântica. Dos “Homens Homrados Brancos” de Santiago à “Nobreza da Terra”. Finais do Século XV – Início do Século XVII*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.
- Caldeira, Arlindo Manuel. 2002. “A Escravidão Africana vista da América. Alonso de Sandoval e o Tráfico de Escravos em Angola.” *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos* 5:47-74.
- Carreira, António. 1972. *Cabo Verde: Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. [s.l.]: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- . 1983. *Panaria Caboverdiana-guineense (Aspectos Históricos e Sócio-Económicos)*. [s.l.]: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- Cenci, Mário Paulo. 2015. “African Slavery and Salvation in *De Instauranda Aethiopum Salute* of Alonso de Sandoval S. J. (1577-1652).” *Patristica et Mediaevalia* 36:75-89.
- Cerrone, Frederico. 1983. *História da Igreja de Cabo Verde*. Praia: Diocese de Cabo Verde.
- . 1998. *Cabo Verde. Cruzamento do Atlântico Sul*. Turim/Mindel: Centro de Missões Estrangeiras dos Capuchinhos/Rádio Nova.
- Cohen, Zelinda. 1995. “Administração das Ilhas de Cabo Verde e Seu Distrito no Segundo Século de Colonização.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 2, 189-224. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.
- Dias, Renato da Silva. 2008. “A Evangelização dos Escravos nas Minas do Ouro.” In *Escravidão e mestiçagem: Histórias Comparadas*, org. Eduardo França Paiva e Isnara Pereira Ivo, 292-310. São Paulo: Annablume.
- Engemann, Carlos. 2013. “Servos de Santo Inácio e de São Bento: Divergências e Convergências na Soteriologia dos Escravos na América Colonial.” *Ultramares* 4 (1):90-110.
- . 2014. “Sinais de Salvação: Catequese e Soteriologia dos Escravos na Visão dos Jesuítas nas Américas (Séculos XVII e XVIII).” *Universum* 29 (1):17-34.

- Franco, Renato, et Adalgisa Arantes Campos. 2004. “Notas sobre os Significados Religiosos do Baptismo.” *Varia História* 31:21-40.
- Gonçalves, Manuel Pereira. 1992. “A Missionação dos Jesuítas e dos Franciscanos nos ‘Rios da Guiné’ no século XVII.” Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- . 1995. “D. Fr. Vitoriano Portuense (Primeiro Bispo a Visitar as Cristandades da Guiné no Século XVII).” *Mare Liberum: Revista de História dos Mares* 10:369-379.
- Gonçalves, Nuno da Silva. 1995. “Escravidura e Consciência Cristã. O Caso de Cabo Verde e Guiné na Segunda Metade do Século XVI e Inícios do Século XVII.” *Brotéria* 141:255-275.
- . 1996. *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*. Lisboa: Brotéria.
- . 2000. “Escravidura.” In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. II, 160-162. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Guerreiro, Fernão. (1600-1609) 1930-1942. *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas Suas Missões do Japão, China, Cataio... Nos Anos de 1600 a 1609 e do Processo da Conversão e Cristandade daquelas Partes; Tiradas das Cartas que os Missionários de lá Escreveram*. Nova edição dirigida e prefaciada por Arthur Viegas, 3 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Hawthorne, Walter. 2010. *From Africa to Brazil: Culture, Identity and an Atlantic Slave Trade, 1680-1830*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Horta, José da Silva. 2011. *A “Guiné do Cabo Verde”. Produção Textual e Representações (1578-1684)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2014. “Trânsito de Africanos: Circulação de Pessoas, Saberes e Experiências Religiosas entre os Rios de Guiné e o Arquipélago de Cabo Verde (Séculos XV-XVII).” *Anos 90* 21 (40):23-49.
- Horta, José da Silva, et Maria Manuel Torrão. 2020. “(...) negros pera o seruisso que hé próprio deles e se não escuzza ass nesta ilha como na Serra Leoa e mais partes de Guiné: a companhia de Jesus e o tráfico de escravizados em Cabo Verde e nos “Rios de Guiné” no século XVII.” Trabalho em curso apresentado no Colóquio Internacional de Cacheu, Caminho de Escravos. Histórias e Memórias da Escravidura e do Tráfico na África Ocidental, 19 a 22 de Fevereiro de 2020.
- Marcocci, Giuseppe. 2012. *A Consciência de Um Império: Portugal e o Seu Mundo (Sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Marcussi, Alexandre Almeida. 2012. “A Formação do Clero Africano Nativo no Império Português dos Séculos XVI e XVII.” *Temporalidades* 4 (2):38-63.
- . 2013. “O Dever Catequético: A Evangelização dos Escravos em Luanda nos Séculos XVII e XVIII.” *7 Mares* 2 (1):64-79.
- . 2016. “Um Pregador Africano na Inquisição Portuguesa: Bento de Jesus e a Ideologia da Escravidão em Cabo Verde no Século XVII.” *Odeere* 1 (1):8-31.
- Mendes, António de Almeida. 2008. “Africanes esclaves au Portugal: dynamiques d’exclusion, d’intégration et d’assimilation à l’époque moderne (XV<sup>e</sup>- XVI<sup>e</sup> siècles).” In “Sub-Saharan Africa and Renaissance and Reformation Europe: New Findings and New Perspectives”, ed. K. J. P. Lowe, 43-63, special issue, *Renaissance and Reformation* 31 (2):45-65. Doi:10.33137/rr.v31i2.9183.

- Mota, A. Teixeira da. 1974. *As Viagens do Bispo D. Fr. Vitoriano Portuense à Guiné e a Cristianização dos Reis de Bissau*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Newson, Linda, et Susie Minchin. 2007 *From Capture to Sale. The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden: Brill.
- Oliveira, Anderson José Machado. 2002. "Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial." *Estudos de História* 9 (2).
- . 2008. *Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet.
- . 2009. "Igreja e Escravidão Africana no Brasil Colonial." *Especiaria. Cadernos de Ciências Humanas* 10:358-388.
- . 2016. "Santos Pardos e Pretos na América Espanhola: Catolicismo, Escravidão, Mestiçagens e Hierarquias de Cor." *Studia Historica. Época moderna* 38 (1):65-93. Doi:10.14201/2Fshhmo20163816593.
- . 2018. "As Habilitações Sacerdotais e os Padres de Cor na América Portuguesa. Potencialidades de Um Corpus Documental." *Acervo* 3 (1):33-48.
- Ordenações Filipinas*. (1603) 1999. Coord. Sílvia Hunold Lara. Liv. V. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ordenações Manuêlinas*. (1797) 1987. Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra. Liv. 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Paes, Mariana Armond Dias. 2013."O Tratamento Jurídico dos Escravos nas Ordenações Manuêlinas e Filipinas." *Anais do Congresso Brasileiro de História do Direito*, 523-536. Curitiba: Associação Brasileira de História do Direito.
- Paiva, José Pedro. 2006. *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pereira, Daniel A. 2005a. *Cabo Verde. Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo*. Praia: Alfa-Comunicações.
- . 2005b. *Estudos de História de Cabo Verde*. 2.ª ed. revista e aumentada. Praia: Alfa-Comunicações.
- Recheado, Carlene. 2010. "As Missões Franciscanas na Guiné (Século XVII)." Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10362/5434>. [Acesso: 31.07.2018.]
- . 2013. "O Clero Nativo na Diocese de Cabo Verde. 1533-1774." *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, ed. Ana Cristina Roque, Maria Manuel Torráo, et Vítor Rosado Marques. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. URL: <https://coloiuocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p01c01-carlene.pdf>. [Acesso: 02.11.2020.]
- Rema, Henrique Pinto. 1982. *História das Missões Católicas na Guiné*. Braga: Editorial Franciscana.
- Rodrigues, Moacyr. 1995. *Cabo Verde: Festas de Romaria, Festas Juninas*. Mindelo: edição do autor.
- Sandoval, Alonso de. (1627) 1956. *De instauranda Aethiopia salute. El mundo de la esclavitud negra en América*, ed. Angél Valtierra S. J. Bogotá: Biblioteca de la Presidencia de Colombia.
- . (1627) 1987. *Un tratado sobre la esclavitud. De Instauranda Aethiopia salute. Historia de Aethiopia, naturaleza, policia sagrada y profana, costumbres y ritos y catecismo evangélico de todos los Etiopes...*, ed. Enriqueta Vila-Vilar. Madrid: Alianza Editorial.
- Santos, Danilo. 2012. "Catolicismo Cabo-Verdiano: Retrato da Vida Religiosa dos Cabo-Verdianos nos Textos Portugueses (1784-1844)." *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa* 25:101-114.

- Santos, Maria Emília Madeira, et Maria João Soares. 1995. “Igreja, Missionação e Sociedade.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 2, 357-508. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.
- Santos, Maria Emília Madeira, Iva Cabral, Maria Manuel Torrão, et Maria João Soares. 2001. “Cabo Verde: Uma Experiência Colonial Acelerada (Séculos XVI-XVII)” *Africana* 6:49-78.
- Saraiva, Maria Clara. 1998. “Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e Inovação.” *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 12:121-156.
- Semedo, José Maria, et Maria Turano. 1998. *O Ciclo Ritual das Festividades da Tabanca*. Praia: Spleen.
- Senna, Manuel Roiz Lucas de. (1818) 1987. *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Notas e comentários de António Carreira. [s.l.]: edição do autor.
- Silva, António Correia e. 1995. “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 2, 1-16. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.
- . 2002. “Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 3, 1-66. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.
- Silva, António Moraes. (1789) 1813. *Dicionário da Língua Portuguesa Recompilado dos Vocabulários Impressos até agora e nesta Segunda Edição novamente Emendado e muito Acrescentado...* Lisboa: Typographia Lacerdina.
- Silva, Francisco Ferreira da. 1899. *Apontamentos para a História da Administração da Diocese e Organização do Semynaryo Lyceu*. Lisboa: Typographia Minerva Central.
- Soares, Maria João. 2002. “A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural.” In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 3, 327-406. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto de Investigação.
- . 2005. “Portuense, D. Fr. Vitoriano.” In *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. Página electrónica. CHAM – Centro de História de Além-Mar. URL: <http://eve.fcsh.unl.pt/>. [Acesso: 02.09.2018].
- . 2006. “Igreja, Crioulo e Línguas em Cabo Verde – Séculos XV a XVIII.” In *Cabo Verde. Origens da Sua Sociedade e do Seu Crioulo. Actas do Colóquio Internacional Erlangen-Nürnberg 2004*. ed. Jürgen Lang, John Holm, Jean-Louis Rougé, et Maria João Soares, 179-198. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- . [No prelo]. “As Comunidades dos Reinados e Suas Festividades em Cabo Verde.” In *Heresias em Perspectiva: Culturas, Identidades e Crenças nos Mundos Ibéricos e Latino-Americanos*, coord. Ângelo Adriano Faria de Assis, Theresa Baumann, et Yllan de Mattos. [s.l.]: [s.n.].
- Soares, Mariza de Carvalho. 2011. “A Conversão dos Escravos Africanos e a Questão do Gentilismo nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.” In *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, org. Bruno Feitler et Everton Sales Souza, 303-321. São Paulo: Universidade Federal de S. Paulo.
- Souza, Marina de Mello e. 2002. *Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da Universidade de Minas Gerais.

- Teixeira, André. 2005. "O Arquipélago de Cabo Verde. A Sociedade." In *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques. Vol 3, tomo 2, *A Colonização Atlântica*, coord. Artur Teodoro de Matos, 173-203. Lisboa: Estampa.
- Torrão, Maria Manuel. 1991. "Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução." In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Luís de Albuquerque et Maria Emília Madeira Santos. Vol. 1, 237-345. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- . 1995. "Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento" In *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos. Vol. 2, 17-123. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde.
- Vaschetto, P. Bernardo. 1987. *Ilhas de Cabo Verde: Origem do Povo Cabo-Verdiano e da Diocese de Santiago*. Boston: Farol.
- Vicente, João Dias. 1988. "Quatro Séculos de Vida Cristã em Cacheu" *Itinerarium* 34 (132):355-378.
- Vila-Vilar, Enriqueta. 1977. *Hispanoamerica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos.
- . 2014. *Hispanoamerica y el comercio de esclavos*. 2.<sup>a</sup> ed. Sevilla: Universidad de Sevilla.





**CADMO**

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA  
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

**SUPLEMENTO | SUPPLEMENT**

Editor Principal | Editor-in-chief  
Nuno Simões Rodrigues

## CADMO – SUPLEMENTOS

Os *Suplementos da Cadmo – Revista de História Antiga* são uma colecção associada a esta publicação periódica. Sediada no Centro de História da Universidade de Lisboa, esta colecção tem como objectivo acolher e editar monografias e volumes de estudos individuais e colectivos, cujo denominador comum seja a Antiguidade. As obras a serem publicadas incluirão trabalhos não apenas sobre a Antiguidade Pré-Clássica ou Próximo Oriental (no âmbito da Egiptologia, da Assiriologia, dos Estudos Bíblicos e Anatólicos) e a Antiguidade Clássica (no domínio dos Estudos Helénicos ou Romanístico-Latinos), mas também sobre a Recepção desses períodos históricos e de temas com eles relacionados em épocas posteriores (Idade Média, Modernidade, Época Contemporânea e Tempo Presente). As publicações poderão tratar de problemáticas relacionadas com os mais variados domínios – como por exemplo a História Institucional e Política, a História Económica e Social, a História Cultural, a História das Ideias, as Representações Mentais ou as Expressões Culturais, da Literatura às Artes Plásticas –, privilegiando perspectivas interdisciplinares que incluam não só a História, a Filologia e a Arqueologia, como outras ciências e disciplinas, do Direito à Biologia. Os *Suplementos da Cadmo* cumprem assim a sua função de publicar e difundir resultados de investigação historiográfica dos investigadores, e não só, do Centro de História da Universidade de Lisboa, integrando-se nas actividades dos grupos de investigação desta unidade de I&D.

**Nuno Simões Rodrigues**

*Director da Cadmo – Revista de História Antiga*

## CADMO – SUPPLEMENTS

*Cadmo – Supplements* is a book series associated with *Cadmo – Journal for Ancient History*. Based at the Centre for History of the University of Lisbon, this book series aims at hosting and editing monographs and volumes of individual and collective studies whose common denominator is Antiquity. We intend to publish works not only on Pre-Classical or Near-Eastern Antiquity (within the scope of Egyptology, Assyriology, Biblical and Anatolian Studies) and Classical Antiquity (within the domain of Hellenistic or Romanistic-Latin Studies), but also on the reception of those historical periods and of themes related to them in later periods (Middle Ages, Modernity, the Contemporary Period and Present Time). The publications may deal with problems related to the most varied domains – such as Institutional and Political History, Economic and Social History, Cultural History, History of Ideas, Mental Representations or Cultural Expressions, from Literature to the Plastic Arts –, giving priority to interdisciplinary perspectives that include not only History, Philology and Archaeology, but also other sciences and disciplines, from Law to Biology. *Cadmo – Supplements* thus fulfils its function of publishing and disseminating results of historiographical research not only of the Centre for History of the University of Lisbon researchers', and others, integrating itself in the activities of the research groups of this R&D unit.

**Nuno Simões Rodrigues**

*CADMO – Journal for Ancient History, Editor-in-chief*

Os discursos soteriológicos e as suas manifestações, como marcadores identitários em contextos históricos de encontro e interacção cultural, constituem um tema de grande actualidade. Suscitam, por isso, interesse em inúmeros campos do saber, incluindo a história. Os estudos agora publicados percorrem um espectro de longa duração, desde a civilização egípcia e as culturas clássicas, até à modernidade, incluindo estudos sobre o islão, o judaísmo e o cristianismo, convocando contextos coloniais e de diáspora.

*Soteriologias. Identidades e Salvação* é representativo do campo alargado de interesses, dos caminhos de debate trilhados e dos fios de convergência tecidos no CH-ULisboa. Que este volume seja mais um testemunho de que é no conhecimento científico e no trabalho colaborativo, sempre sob o primado da liberdade, da solidariedade e da entreatajuda, que reside a chave para a superação dos desafios que a humanidade enfrenta.

CH  
CENTRO DE HISTÓRIA

---